

Governo quer

Quinta-feira, 5-6-86 — O ESTADO DE S. PAULO

Guerra à inflação

orçamentos mais claros

O Ministério da Fazenda está estudando uma reformulação dos orçamentos do governo, que completaria as inovações a serem introduzidas pela holding financeira estatal.

Ainda este ano, é possível que fique mais fácil entender como são feitos os gastos do setor público. Segundo um assessor direto do ministro Dílson Funaro, da Fazenda, o governo está estudando diversas modificações na sua contabilidade para permitir que isto aconteça. Por exemplo, o orçamento fiscal deverá ser desdobrado, de forma a mostrar com mais clareza quais os investimentos feitos na área social e quais as despesas de custeio da administração direta. Os investimentos e os gastos de custeio das estatais continuariam tendo um orçamento específico.

O auxiliar do ministro da Fazenda informou que uma série de outras operações deixariam de ser reunidas sob a forma de orçamento, como as operações de crédito agrícola e de rolagem das dívidas da União, Estados e Municípios. Estas operações integravam, até o ano passado, o orçamento monetário, e foram incluídas, a partir deste ano, no orçamento da União.

Para o assessor de Funaro, esta reformulação orçamentária complementaria a holding financeira estatal, também em estudos. Com os novos orçamentos, o governo, na visão do auxiliar, faria uma administração de suas contas de forma mais transparente, separando com extrema clareza as operações tipicamente orçamentárias das de execução monetária, ou das instituições financeiras oficiais. A holding, ao assumir a administração das dívidas das estatais, fecharia o quadro de controle do governo sobre todos os seus gastos.

Este novo quadro, se realmente concretizado, eliminaria de vez, na visão do auxiliar do ministro da Fazenda, as discussões conceituais em torno do déficit público. A nova estrutura orçamentária daria mais agilidade ao governo na sua política de investimentos.

O assessor observou que os es-

tudos do Ministério da Fazenda são muito recentes e que, dependendo da sua condução e aceitação em outras áreas do governo, poderão tornar-se realidade já em 1987. As análises ainda não concluíram se o atual orçamento fiscal seria mesmo desdobrado em dois. Ele poderia ser mantido como uma peça única, mas contendo dois blocos separados: um para o custeio da administração direta, pagamento de pessoal e demais despesas, e o outro para investimentos sociais, da renda escolar à distribuição gratuita de leite à população carente.

Orçamento monetário

Em relação às despesas do orçamento monetário, os estudos preliminares não deixam margem para nenhuma dúvida, diz o assessor: elas teriam que deixar de integrar qualquer orçamento. Operações agrícolas como AGFs (aquisições do governo federal), EGFs (emprestimos do governo federal), e financiamentos para investimentos em infra-estrutura não precisariam estar sob a forma de orçamento porque são típicas do Banco do Brasil.

O BB faria a sua previsão de investimentos na área agrícola ao longo do ano. Recursos orçamentários seriam transferidos para a instituição, via Secretaria do Tesouro, apenas para a equalização das taxas de juros. O Banco do Brasil, historicamente, tem as taxas de empréstimos menores que a da captação, mesmo com a adição de um spread.

A colocação de títulos da dívida pública para o financiamento das operações agrícolas, execução da política monetária e rolagem da dívida interna ficariam reunidas no grupo "extra-orçamento". A venda dos títulos do governo, utilizada no financiamento de operações contidas nos orçamentos federais, seria contabilizada de forma agregada a estes.

Aumentam as prestações em atraso

O número de compradores a crédito com prestações em atraso na cidade de São Paulo alcançou seu nível mais alto desde 1980, no trimestre posterior à reforma econômica (março a maio), crescendo mais que o número de consultas

ao SPC—Serviço de Proteção ao Crédito. Segundo Marcos Gouvêa de Souza, do Grupo Fenícia-Arapuã, o consumidor, na euforia do congelamento e temendo a falta de alguns produtos, acabou assumindo encargos excessivos para a sua renda.

